



# SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

18/09/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Indústria paulista fecha 5 mil vagas de emprego em agosto

A indústria paulista fechou 5 mil vagas de emprego em agosto, segundo a pesquisa da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp). Esse corte representou uma queda de 0,23% ante julho, com ajuste sazonal. No acumulado do ano, a indústria de São Paulo também acumula saldo negativo, em 5,5 mil postos.

Segundo o vice-presidente da Fiesp e do Ciesp, José Ricardo Roriz, o resultado do mês passado é convergente com a média para o mês de agosto, observada desde 2011, influenciada pelos setores de veículos e couro e calçados. Em agosto de 2019, dos 29 setores analisados, 11 registraram demissão, 11 permaneceram estáveis e sete contrataram. Os principais destaques negativos ficaram por conta de veículos automotores, reboques e carroceria (-1.598), couro e calçados (-1.426) e produtos de borracha e de material plástico (-1.419). No campo positivo ficaram, principalmente, produtos diversos (575); produtos de minerais não-metálicos (443) e celulose, papel e produtos de papel (372).

### REGIÕES.

Por regiões paulistas, o interior puxou o nível de emprego para baixo, com queda de 0,48%. Já a Grande São Paulo e o ABCD registraram avanço no período, de 0,25% e 0,11%, respectivamente, segundo a pesquisa. Entre as 37 diretorias regionais do Ciesp, 24 (65%) apresentaram resultados negativos, oito ficaram estáveis e cinco apresentaram contratações. O destaque negativo foi a cidade de Jaú (-3,63%), que fechou 900 vagas, influenciada pelos setores de produtos de metal (-17,65%) e artefatos de couro e calçados (-12,24%). Por outro lado, a cidade com maior evolução no emprego industrial foi Diadema (0,91%), com abertura de 350 postos.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 18/09/2019

## Em meio a cortes, Orçamento destina R\$ 4,7 bi de vantagens para militares

Em contraste com o aperto geral em serviços públicos, custeio e investimentos, o projeto de Orçamento federal de 2020 destina R\$ 4,7 bilhões à criação de vantagens para a carreira militar.

O montante —suficiente para recompor, com sobras, as verbas para obras em estradas e bolsas da Capes, entre outras combinações possíveis— decorre de benefícios instituídos pela reforma previdenciária das Forças Armadas.

Como contrapartida às exigências de maiores contribuição e tempo de serviço para as pensões, o governo Jair Bolsonaro (PSL) incluiu no texto, que tramita na Câmara dos Deputados, a alta imediata da remuneração da caserna.

Para tanto, propõem-se, por exemplo, o aumento do adicional de habilitação —recebido por militares que passam por cursos de qualificação— e a criação do chamado adicional de disponibilidade.

A justificativa, para defensores do projeto, é a dedicação exclusiva e a prontidão permanente dos profissionais. Duplica-se, além disso, a ajuda de custo para os que vão para a reserva, de 4 para 8 vezes o valor do soldo.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 18/09/2019

## PEC do controle de gastos vai para gaveta por falta de interlocução com governo, diz presidente da CCJ

Sem articulação do governo, o pacote de medidas para controlar o aumento dos gastos públicos não tem mais previsão de ser votado na Câmara.

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) retirou a proposta da pauta diante da falta de iniciativa de interlocutores do Palácio do Planalto.

Aliado do governo, o presidente da CCJ, deputado Felipe Francischini (PSL-PR), tentou fazer o projeto avançar na semana passada, mas fracassou. Agora, o texto está na gaveta.

“Toda vez que eu tento entrar no item falta apoio. Vou colocar na pauta de novo quando o governo pedir, quando o governo mostrar que tem intenção de fazer e conversar com os deputados”, disse, em entrevista à **Folha**.

Três sessões da CCJ foram convocadas para esta semana. Em nenhuma delas há perspectiva de votação do pacote de ajuste fiscal.

“Eu só pauto quando o governo conversar com todos os deputados da comissão e mostrar que tem 34 votos no papel para mim”, completou o deputado.

A CCJ tem 66 membros; é a principal comissão da Câmara e já foi cenário da desorganização do governo, que sofreu para aprovar, no primeiro semestre, a proposta de reforma da Previdência no colegiado.

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) estuda uma série de ações para cortar despesas e, assim, reduzir as pressões no Orçamento, que ameaçam parar a máquina pública em 2020.

Os debates envolvem, por exemplo, a redução da jornada de trabalho de servidores, com diminuição de salários, e o aumento da tributação sobre funcionários públicos. Outra medida em debate é a suspensão do pagamento do abono salarial (espécie de 14º salário pago pelo governo a trabalhadores de baixa renda e com carteira assinada).

A estimativa da equipe econômica é gerar mais de R\$ 100 bilhões de economia para a União em um ano. Mas, para isso, o governo precisará aprovar uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), que tem tramitação mais lenta e exige ampla maioria na Câmara e no Senado.

Francischini não acredita que o pacote possa ser aprovado nas duas Casas até o fim do ano. “Aprovar somente na Câmara é possível se começarem a trabalhar nisso”.

Para destravar o projeto, Guedes convidou o presidente da CCJ para uma reunião nesta quarta-feira (18). Até então, o deputado, que é do partido do presidente Jair Bolsonaro, havia dado prioridade à PEC por iniciativa própria.

Apesar da proximidade com o Palácio do Planalto, inclusive com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, o presidente da CCJ reclama da falta de interlocução com o Executivo.

“O problema, hoje, é que eu não sei a linha [do governo]. Já se passaram nove meses. Isso já deveria ter sido ajustado”, afirmou Francischini.

Diante da falta de votos na CCJ, ele recomenda aos ministros que conversem com todas as bancadas da Câmara, expliquem o pacote e a necessidade dele.

Caso contrário, será difícil aprovar as medidas de ajuste fiscal, avalia o deputado. Quanto mais tempo o governo demorar para aprovar a PEC, menor será o efeito nas contas públicas.

**Fonte:** Jornal Folha de S. Paulo – 18/09/2019



**ELEIÇÕES SINDICAIS  
SINTIUS**

**8 E 9 DE OUTUBRO**